



**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1.0 INTRODUÇÃO:

1.1 Este documento foi elaborado à luz da *Lei nº 8.666/93*, e através da Resolução n.º 06/2013 e da Resolução nº 156/2021 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, as quais dispõem sobre os procedimentos a serem adotados pelos municípios na oferta do transporte escolar, como peça integrante e indissociável do procedimento a ser realizado com vistas a viabilizar o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas (MEI) para prestação de serviços do TRANSPORTE ESCOLAR, que deve ser ofertado pela administração de forma regular e gratuita, aos alunos matriculados na rede pública de ensino do município de Aliança/PE, conforme especificações e quantidades constantes neste termo. Deste modo, este instrumento contém os elementos essenciais, descritos de forma a subsidiar os interessados em participar de credenciamento aberto por este município para SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, conforme legislação em vigor. O credenciamento se dará, por rota, seguirá os padrões atualizados do Georreferenciamento realizado, com o objetivo de fornecer transporte e de qualidade aos estudantes do Município de Aliança-PE.

2.0 DA JUSTIFICATIVA e E ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

2.1 Atender a necessidade do serviço de Transporte Escolar a ser contratado pela Prefeitura de Aliança – PE, através da Secretaria Municipal de Educação.

2.2 A Prefeitura Municipal de Aliança - PE, através da Secretaria Municipal de Educação, em atendimento ao que preconiza a Constituição Federal de 1988, que eleva a educação à categoria de princípio e de pilar, como forma de desenvolvimento da nossa sociedade, assim como em razão do pacto federativo, oferece aos alunos matriculados na escola regular, residentes em áreas distantes das suas unidades escolares, o transporte escolar regular e gratuito.

2.3 A oferta do transporte escolar tem por objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Destaca-se, entre os princípios apontados para o desenvolvimento do ensino, a promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência à escola.

2.4 Sabe-se que o contexto social brasileiro é permeado pela desigualdade e pela falta de oportunidades ao exercício de muitos dos direitos fundamentais do cidadão. Esta realidade, por vezes, é tão forte que a simples disponibilização do ensino público e gratuito não é suficiente para assegurar o acesso e a permanência da criança e do jovem na escola.

2.5 O educando, em especial o mais carente, possui inúmeras dificuldades para se manter na escola, tais como: alimentação, transporte, vestuário e material didático para uso diário. Por essas razões, o oferecimento do ensino público gratuito, muitas vezes, não é suficiente para permitir o acesso desse aluno na escola ou mesmo para assegurar a sua permanência no ensino.

2.6 Foi pensando nessa realidade que o legislador constituinte atrelou ao dever de oferecer a educação, outras obrigações que se podem chamar de "acessórias", que na verdade complementam o direito ao ensino público e por meio das quais se possibilita o acesso e a permanência do educando no ambiente escolar.

2.7 O transporte escolar é fundamental para facilitar o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, especialmente aqueles residentes em áreas rurais. Por isso, todas as ações que visam à melhoria das condições do serviço ofertado, são relevantes para o aprendizado dos alunos que dele fazem uso, contribuindo para o desenvolvimento da educação nacional.



2.8 Sendo assim, objetivando assegurar a locomoção dos alunos, transportando-os com qualidade e segurança até as escolas é que durante todos os dias letivos o transporte escolar deverá seguir rigorosamente o percurso das rotas traçadas.

2.9 Desta forma, o presente documento tem como foco o sistema de transporte escolar operado em nível municipal, tendo como preocupação a oferta do serviço pelo Poder Público. Sua finalidade é o aperfeiçoamento das práticas administrativas e a otimização dos recursos públicos inerentes ao transporte escolar.

2.10 É importante mencionar que no exercício de 2021 o município de Aliança realizou uma tentativa de licitação para contratação de serviços de transportes escolares que restou frustrada, portanto sem contrato vigente para o exercício de 2022.

2.11 A frota própria de ônibus do município (amarelinhos) não conta com unidades suficientes para suprir a demanda existente de alunos matriculados com o retorno das aulas presenciais em decorrência da pandemia, sendo necessária a complementação através de veículos Terceirizados.

2.12 Optou-se, neste momento, pelo Credenciamento de MEI e Pessoa Física para Serviço de Transporte Escolar, através do Credenciamento o Município de Aliança poderá contratar tantos quantos cumprirem as regras estabelecidas no edital de chamamento.

2.13 A escolha do Credenciamento para MEI e Pessoa Física se deve ao fato de priorizar a economicidade aos cofres públicos, tendo em vista que os custos envolvidos na contratação do serviço de transporte escolar com MEI,s são inferiores às contratações com os demais tipos empresariais, considerando a tributação envovida e o fato de que não existe custo com subcontratação de mão-de-obra, visto que, em regra, os MEI,s e/ou Pessoas Físicas são os próprios condutores dos veículos.

2.14 Da Leitura do MANUAL DO TRANSPORTE ESCOLAR DO TCE/PE, observa-se uma tendência da Corte de Contas em priorizar a contratação de MEIs para prestação de serviços de transporte escolar, conforme a seguir transcrito:

Em 2021, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em parceria com o SEBRAE, organizou uma rodada de cinco eventos em quatro municípios pernambucanos¹¹ com o objetivo de incentivar a participação de MEIs (Microempreendedores individuais) nas licitações de transporte escolar que viriam a ocorrer nessas localidades. Nas ocasiões, o TCE/PE enviou representantes para fazerem uma breve introdução ao público dos eventos, expondo o problema da contratação de empresas "atravessadoras" e a importância de se trabalhar diretamente com os motoristas, que efetivamente prestam os serviços. Em seguida, os consultores do SEBRAE apresentaram duas palestras direcionadas aos motoristas: "**Como se formalizar como MEI?**"; e "**Como participar de Licitação Pública (Pregão Presencial)?**". A atuação conjunta alcançou mais de cem motoristas, que demonstraram interesse em se formalizar para participar dos certames. A idéia foi que cada um pudesse se capacitar para concorrer à rota que tivesse mais interesse, executando-a próximo da localidade onde mora e recebendo uma contrapartida direta da prefeitura. (pag. 51, 52 MANUAL DO TRANSPORTE ESCOLAR TCE/PE 2021).

¹¹ Afogados da Ingazeira (13 e 14/07/2021), Buíque (26/08/2021), Belo Jardim (30/08/2021) e Gravatá (01/09/2021).

3.0 DO OBJETO:

3.1



CRENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS (MEI) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OFERTAR TRANSPORTE AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DE ALIANÇA, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

3.2 As **ROTAS/ITENS**, objeto de credenciamento, **ITINERÁRIO** com locais de partida e chegada, **TURNO** e **QUANTITATIVO** de alunos atendidos, estão resumidos na tabela disposta no **ANEXO III**.

3.3 Considera-se veículo de grande porte, médio porte e pequeno porte, respectivamente:

3.3.1. **ÔNIBUS**: veículo de uso coletivo de fábrica, com capacidade para até 45 passageiros sentados, com cinto de segurança disponível e demais componentes em estado de conservação e funcionamento adequados;

3.3.2. **MICROÔNIBUS**: veículo de uso coletivo de fábrica, com capacidade para até 29 passageiros sentados, com cinto de segurança disponível e demais componentes em estado de conservação e funcionamento adequados.

3.3.4. **VAN**: veículo de uso coletivo de fábrica, com capacidade para até 16 passageiros sentados, com cinto de segurança disponível e demais componentes em estado de conservação e funcionamento adequados.

4.0 PODERÃO PARTICIPAR DESTE CREDENCIAMENTO PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS – MEI

I – Documentação da Pessoa Física:

- a) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, da Dívida Ativa da União e da Fazenda Federal;
- b) Comprovante de Situação Cadastral no CPF;
- c) Certidão de Regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Cópia dos Documentos RG e Habilitação do condutor (motorista) do veículo na categoria compatível ao veículo a ser utilizado nos serviços, na qual deverá constar que o condutor está habilitado para conduzir alunos e que exerce atividade remunerada;
- f) Certidão negativa ou positiva, sem trânsito em julgado de distribuição de feitos criminais, com prazo de expedição máxima de 30(trinta) dias, emitidas pelos órgãos: Justiça Federal e Justiça estadual;
- g) Comprovante de realização de curso específico com aprovação, conforme disposto no inciso V do art. 138, do Código de Trânsito Brasileiro;
- h) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado para ambos, contendo razão social, endereço, telefone, CNPJ referente aos serviços executados.



- i) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.
- j) Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal de menores na norma do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição;
- k) Declaração expressa que não ocupa cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança, no Município de Aliança;
- l) Declaração de que aceita o preço indicado para a rota que postula credenciamento.

II – Do Veículo

- a) Certificado de Registro e Licenciamento do veículo, sendo para automóvel tipo Van: no máximo 07 (sete) anos completos e para micro-ônibus e ônibus: no máximo 15 (quinze) anos completos, registrado na categoria de passageiro ou documento que comprove a compra de veículo, conforme Lei Municipal 1.644/2017;
- b) No caso de não estar(em) em nome do credenciado deverá(ão) ser anexado(s) o(s) instrumento(s) jurídico(s) que comprove(m) sua livre disponibilidade sobre o(s) veículo(s).

III – Pessoa Jurídica

- a) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, é o documento comprobatório do registro como MEI, conforme previsto na Resolução CGSIM n. 48, de 11 de outubro de 2018, e substitui o Requerimento de Empresário para todos os fins;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- c) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, da sede do postulante ao credenciamento;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, da **Dívida Ativa da União e da Fazenda Federal**;
- e) Certidão de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);
- f) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho.
- h) Certidão negativa de falência e concordata expedida dentro no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores à sessão de entrega e abertura dos envelopes de habilitação, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento. Apresentar, também a Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos de 1º e 2º graus), **quando explicitamente excluídos na certidão.**
- i) As empresas sediadas em Comarcas que não emitam a Certidão negativa de falência ou concordata, em meio físico, deverão apresentar a Certidão Negativa de Falência referente



aos processos distribuídos pelo Pje (processos judiciais eletrônicos de 1º e 2º graus), exclusivamente;

j) Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

k) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado para ambos, contendo razão social, endereço, telefone, CNPJ referente aos serviços executados.

l) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

m) Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal de menores na norma do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição;

n) **Declaração expressa** de que o empresário não ocupa cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança, no Município de Aliança;

o) Declaração de que aceita o preço indicado para a rota que postula credenciamento.

IV – Do Condutor

a) Ter idade igual e/ou superior a 21 (vinte e um) anos;

b) Cópia autenticada dos Documentos RG e Habilitação dos condutores (motoristas) dos veículos na categoria compatível ao veículo a ser utilizado nos serviços, na qual deverá constar que o condutor está habilitado para conduzir alunos e que exerce atividade remunerada;

c) Comprovante de realização de curso específico com aprovação, conforme disposto no inciso V do art. 138, do Código de Trânsito Brasileiro;

d) Comprovante de residência em nome do prestador, ou na sua impossibilidade, declaração de endereço;

e) Certidão negativa ou positiva, sem trânsito em julgado de distribuição de feitos criminais, com prazo de expedição máxima de 30(trinta) dias, emitidas pelos órgãos: Justiça Federal e Justiça estadual;

f) Certidão negativa relativa às penalidades de suspensão do direito de dirigir ou cassação da CNH, com prazo de expedição máximo de 30(trinta) dias, obtido junto ao DETRAN/PE;

g) A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is), que integram o quadro permanente da credenciada, serão comprovados através de um dos seguintes documentos:

g.1) Cópia autenticada do Contrato de Trabalho constante da Carteira Profissional, inclusive a qualificação civil, de forma a identificar o empregador e o empregado;

g.2) Contrato de prestação de serviços, quando tratar-se de profissional autônomo.



Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhado dos respectivos originais para autenticação por servidor da comissão de licitação.

Os documentos exigidos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade, com exceção daqueles cujo prazo tenha sido determinado neste edital de credenciamento.

Aos interessados que no prazo estabelecido apresentarem documentos incompletos ou com qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às demais exigências deste edital de credenciamento, será concedido prazo razoável de 05(cinco) dias úteis para complementação.

5.0 DA EXECUÇÃO

5.1 Os serviços serão executados de segunda-feira a sexta-feira, nos horários apresentados neste termo de referência, ou de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação com seus respectivos roteiros, conforme a conveniência do município, especificamente cumprindo as cargas horárias da Secretaria, respeitando-se o limite legal diário e calendário escolar.

5.2 Os serviços deverão ser prestados em estrito atendimento às normas vigentes e de acordo com os procedimentos previstos na Resolução nº 06/2013, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no que couber.

5.3 A contratada/credenciada deverá apresentar cópia do CRLV dos veículos em nome da pessoa física ou jurídica, conforme o caso, quando da vistoria.

5.4 O prazo para início da execução do serviço será de 05 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da ordem de serviço.

5.5 Para a boa execução dos serviços, deverá a CONTRATADA/CRENCIADA:

5.5.1 Apresentar os veículos vistoriados e aprovados pelo município, com motoristas que deverão ser obrigatoriamente habilitados com a categoria D;

5.5.2 Oferecer treinamento aos empregados e motoristas que prestarão serviços ao Município, em especial direção defensiva, primeiros socorros e Legislação Específica do Transporte Escolar;

5.5.3 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela CONTRATANTE;

5.5.4 Assegurar que seus empregados e motoristas apresentem-se com os veículos limpos e em perfeito estado de conservação;

5.5.5 Manter seu pessoal identificado através de crachás, com fotografia recente;

5.5.6 Assegurar que seu pessoal conheça as normas internas disciplinares e de segurança, em especial as seguintes:

a) Conduzir os veículos de acordo com as normas de trânsito vigentes;

b) Zelar pela limpeza, asseio e conservação dos veículos utilizados na prestação dos serviços;



c) Realizar o abastecimento periódico de combustível e óleos lubrificantes de acordo com as normas dos veículos e de trânsito;

d) Realizar os reparos necessários e revisões periódicas, necessárias ao bom funcionamento dos veículos e à sua perfeita conservação;

e) Conduzir os veículos aos locais determinados diariamente, de acordo com o calendário escolar, em perfeito estado de conservação para a realização dos trabalhos de transportes de alunos;

f) Tratar com zelo e cortesia os servidores do município e as demais pessoas com quem se relacionar no exercício de sua atividade profissional;

5.5.7 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências os veículos objeto dos serviços;

5.5.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

5.5.9 Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias, por meio de seus encarregados, ao atendimento dos empregados acidentados ou com mal súbito;

5.5.10 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração e as normas coletivas de trabalho aplicáveis;

5.5.11 Possuir formulários de advertência, para registro, por escrito, de quaisquer insubordinações cometidas por seus empregados;

5.5.12 Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Administração, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;

5.5.13 Prestar os serviços diariamente, cumprindo a carga horária prevista no município e na Legislação Trabalhista, obedecendo os horários estipulados pela rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação;

5.5.14 Tomar as providências e cumprir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho em ocorrência da espécie, em que forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE;

5.5.15 Arcar com os prejuízos causados à CONTRATANTE, provocados pelo mau funcionamento dos VEÍCULOS ou má condução do motorista;

5.5.16 Efetuar a substituição, imediata, do veículo que apresente defeito ou não atenda as especificações deste Termo de Referência ou da legislação vigente, por outro de igual capacidade, potência e porte;

5.5.17 Executar os serviços por meio de veículo que atenda os requisitos para o Transporte Escolar previstos no Código de Trânsito Brasileiro e por motorista que tenha o curso de para condutores de veículos de transporte escolar.



5.6 Quando necessárias, as Ordens de Serviço e notificações poderão ser encaminhadas via e-mail, portador devidamente autorizado (com protocolo) ou por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com A.R. (Aviso de Recebimento).

5.7 O início do serviço somente deverá ser efetuado pelo credenciado contratado após recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Educação, nas especificações e períodos indicados na referida correspondência oficial.

5.8 A nota de empenho não é considerada Ordem de Serviço.

6.0 DA BASE LEGAL

6.1 A Constituição Federal determina em seu art.206:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. omissis;
- III. omissis;
- IV. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V. omissis;
- VI. gestão democrática do ensino público, na forma da Lei;
- VII. garantia de padrão de qualidade;
- VIII. omissis.

6.2 De acordo com o artigo e incisos acima, fica clara a responsabilidade dos entes federativos em oferecer as condições necessárias para que os alunos tenham acesso à educação, diminuindo a distância entre sua residência e escola, sem que para isso estes necessitem lançar mão de recursos financeiros. A gestão da educação deve ser democrática e com qualidade, garantindo a oferta do serviço com segurança e adequação.

6.3 O transporte escolar como programa complementar é instituído no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (art. 54, VII) e na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (art. 4º, VIII), sendo, portanto, um dever do Estado.

6.4 Este termo é regido ainda pelos dispositivos legais contidos no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, mais precisamente em seu Capítulo XIII, artigos 136, 137, 138, 139.

7.0 DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

7.1 O serviço de transporte escolar tem uma característica especial. Sendo um serviço público, ele não é passível de exploração comercial, portanto, não é suscetível de delegação da iniciativa privada a título de concessão ou permissão, modalidades estas que pressupõem a exploração mediante cobrança de tarifa, por conta e risco do operador (art. 2º da Lei n.º 8.987/95). No transporte escolar, o passageiro, aluno, deve usufruí-lo gratuitamente, já que é gratuito o ensino público fundamental. O transporte também deve atender o aluno com pontualidade e segurança.

7.2 A Prefeitura Municipal de Aliança / PE, através da Secretaria Municipal de Educação reserva-se o direito de a qualquer tempo desativar quaisquer rotas e/ou itinerários em razão da aquisição de ônibus escolares para o atendimento da demanda de alunos através da sua frota própria.

7.3 O porte dos veículos foram determinados de acordo com a demanda estimada de alunos matriculados, assim como levando em conta a realidade para as localidades das rotas/itinerários.

7.4 É vedado ao CREDENCIADO cobrar taxa de transporte ao aluno.



8.0 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento dos serviços executados será efetuado em até 30 dias após a medição dos serviços efetivamente prestados, ratificados pela Secretaria Municipal de Educação e atestados pelo fiscal do contrato, mediante entrega e recebimento das respectivas Notas Fiscais.

8.2 Na emissão das Notas Fiscais/Faturas, a CONTRATADA/CREDENCIADA deverá descrever o serviço, obrigatoriamente em conformidade com a descrição contida em seu Termo de Credenciamento, em termos de rota, veículo, quilometragem diária, dias de serviço efetivamente executado e qualquer informação necessária para detalhamento do serviço prestado, bem como o número do processo e da Ordem de Serviço.

8.3 Os pagamentos poderão ser suspensos pela Contratante nos seguintes casos:

- Não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de alguma forma, prejudicar a contratante.
- Inadimplência de obrigações assumidas pela Contratada para com o Município de Aliança/PE, por conta do estabelecido neste Termo.
- Erros ou vícios na(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço/Fatura(s).

8.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8.5 Os preços para a execução dos serviços objeto deste Termo de Credenciamento serão reajustados anualmente pelo índice IPCA/IBGE, sendo o primeiro reajuste concedido após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Credenciamento.

8.6 Caso haja alguma alteração na execução do calendário a empresa será previamente comunicada e a alteração deverá ser anotada no livro de ocorrências.

9.0 DO RECEBIMENTO

9.1 A CONTRATANTE indicará servidor para acompanhar a execução do contrato, que atestará o recebimento provisório e definitivo dos serviços executados.

9.2 O objeto será recebido:

- Provisoriamente por servidor designado pelo CONTRATANTE para verificação da conformidade do bem com as especificações exigidas no Edital e definitivamente, por

✉ alianca@alianca.pe.gov.br | CNPJ: 10.164.028/0001-18

📍 Rua Domingos Braga, SN, Centro - Aliança/PE - CEP: 55890-000

📷 PREFEITURADAALIANCA



servidor designado pelo Município de Aliança, após a comprovação de que o serviço foi executado de acordo com o edital e anexos, em até 02 (dois) dias úteis do recebimento provisório;

b) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos fornecidos e serviços executados, nem ético-profissional da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

10.0 DOS PONTOS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE

10.1 A localização e controle dos pontos de embarque e desembarque dos alunos é fator relevante no transporte escolar, assim para determinação das rotas foi verificado as distâncias entre o ponto de embarque e as residências dos estudantes de forma a adequá-las aos parâmetros estabelecidos, que deverá obedecer a premissa do mínimo de deslocamento à pé até a condução escolar.

11. DAS ESCOLAS ATENDIDAS, POR ROTA, SUA LOCALIZAÇÃO – ORIGEM E DESTINO FINAL DOS ALUNOS TRANSPORTADOS

ITEM	ROTA	PORTE DO VEÍCULO	INÍCIO	ITINERÁRIO	DESTINO FINAL
1	1	GRANDE	ENG. REGALIA	ENG. REGALIA, ASSENTAMENTO BARAÚNA, ST BARAÚNA, ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES, ASSENTAMENTO ALBUQUERQUE, BAIXA VERDE, ENG. VARZÃO, CHÃ DO CAMARÁ E DIST. UPATINGA	CHÃ DO CAMARÁ E DIST. UPATINGA (ESC. MUN. CHÃ DO CAMARÁ) (ESC. MUN. REUNIDAS MONSENHOR MARINHO)
2	2	GRANDE	ENG. REGALIA (ESC. EST. CEL. LUIZ IGNÁCIO)	ENG. REGALIA, ASSENTAMENTO BARAÚNA, ASSENTAMENTO ALBUQUERQUE, BAIXA VERDE, ÁGUA BRANCA, CHÃ DA USINA E USINA ALIANÇA.	USINA ALIANÇA (ESC. EST. CEL. LUIZ IGNÁCIO)
3	3	GRANDE	POV. SANTA LUZIA	POV. SANTA LUZIA, PE-062, LOT. FRANCISCO NOBERTO E CHÃ DO ESCONÇO.	CHÃ DO ESCONÇO (ESC. MUN. REUNIDAS BELARMINO PESSOA DE MELO)
4	4	MÉDIO	ENG. ÁGUA BRANCA	ENG. ÁGUA BRANCA, SIRIJÍ, CANA BRAVA, PASSAGEM E DIST. TUPAOCA.	DIST. TUPAOCA (ESC. MUN. ANTÔNIO NOBERTO)
5	5	GRANDE	ENG. CANA BRAVA	ENG. CANA BRAVA, PASSAGEM, ENG. SIRIJÍ E DIST. TUPAOCA.	DIST. TUPAOCA (ESC. MUN. ANTÔNIO NOBERTO)
6	6	MÉDIO	ENG. ÁGUA BRANCA	ENG. ÁGUA BRANCA, PE-062,	DIST. TUPAOCA (ESC. MUN. ANTÔNIO)



				ENG. CANA BRAVA, PASSAGEM, SIRIJÍ E DIST. TUPAOCA.	NOBERTO)
7	7	MÉDIO	ASSENTAMENTO BELO HORIZONTE	ASSENTAMENTO BELO HORIZONTE, ENG. SIRIJÍ, POV. SANTA LUZIA, PE-062 E POV. CATOLÉ.	POV. CATOLÉ (ESC. MUN. MARIA DAS MERCES PEREIRA RABELO)
8	8	GRANDE	DISTRITO UPATININGA	DIST. UPANINGA, PE-062, CHÃ DE CAMARÁ, CHÃ DA USINA E CIDADE.	CIDADE (ESC. EST. DOM BOSCO)(PRAÇA DA RODOVIÁRIA CENTRO) (ESC. EST. REF. JOAQUINA LIRA) (UEPA - UNIDADE EDUCACIONAL DA PREFEITURA DE ALIANÇA)
9	9	MÉDIO	SÍTIO CHÃ DO OURO	SÍTIO CHÃ DO OURO E DIST. UPATININGA.	DIST. UPATININGA (ESC. MUN. REUNIDAS MONSENHOR MARINHO)
10	10	PEQUENO	ENG. JAGUARIBE	ENG. JAGUARIBE E DIST. UPATININGA.	DIST. UPATINGA (ESC. MUN. REUNIDAS MONSENHOR MARINHO)
11	11	GRANDE	BAIRRO CAUERAS	BAIRRO CAUERAS, LOT. VAQUEJADA, COHAB, PE-062 E USINA ALIANÇA.	USINA ALIANÇA. (ESC. EST. CORONEL IGNÁCIO LUIZ DE MELO)
12	12	MÉDIO	DIST. MACUJE	DIST. MACUJE, ENG. CANA BRAVA, PE-062 E CIDADE.	CIDADE. (BALDEAÇÃO)
13	13	GRANDE	SÍTIO LAJEDO	SIT. LAJEDO, CHÃ GRANDE, PARANA, ENG. NATAL, GROI, AGUÁS COMPRIDAS E DIST. MACUJE.	DIST. MACUJÉ (ERJHPL - ESC. MUN. REUNIDA JOÃO HILÁRIO PEREIRA DE LIRA)
14	14	GRANDE	DIST. MACUJE	DIST. MACUJE, PARANÁ, NATAL, GROI, USINA ALIANÇA E CIDADE.	USINA ALIANÇA. (ESC. EST. CORONEL IGNÁCIO LUIZ DE MELO) CIDADE. (ESC. MUN. DOM BOSCO) (ESC. EST. REF. JOAQUINA LIRA)
15	15	GRANDE	ENG. TUPÁ	ENGENHOS TUPÁ, MARÉ, JAGUAMIRIM, AJUDANTE, ENG. TERRA NOVA, BR-408, VAZANTE, CUIERINHAS, PE-062 E CIDADE.	CIDADE (ESC. MUN. SANTO ANTÔNIO) (ESC. MUN. SANTA RITA DE CASSIA) (ESC. MUN. DELFINA DE CASTRO) (ESC. MUN. DOM BOSCO) (ESC. EST. REF. JOAQUINA LIRA) (UEPA - UNIDADE EDUCACIONAL DA PREFEITURA DE ALIANÇA)



16	16	GRANDE	ENG. MARIMBONDO	ENGENHOS MARIMBONDO, BELEZA, PANDORAMA, POÇO, JUCÁ, PARANA, GROI, CANA BRAVA, USINA ALIANÇA, PE-062 E CIDADE.	CIDADE (ESC. EST. LUIZ IGNÁCIO PESSOA DE MELO) (ESC. MUN. MARIA EVANGELINA PESSOA DE MELO) (ESC. EST. REF. JOAQUINA LIRA) (UEPA - UNIDADE EDUCACIONAL DA PREFEITURA DE ALIANÇA)
17	17	GRANDE	ENG. MARIMBONDO	ENGENHOS MARIMBONDO, BELEZA, PANDORAMA, POÇO, JUCÁ, PARANA, CANA BRAVA, PASSAGEM, USINA ALIANÇA E CIDADE.	(ESC. EST. LUIZ IGNÁCIO PESSOA DE MELO) (UEPA - UNID. EDUC. DA PREFEITURA DE ALIANÇA)
18	18	GRANDE	ENG. BELEZA	ENGENHOS BELEZA, PANORAMA, POÇO E USINA ALIANÇA.	USINA ALIANÇA (ESC. EST. CEL. LUIZ IGNÁCIO)
19	19	GRANDE	CAUEIRAS	CAUERAS, LOT. VAQUEJADA, BAIRRO COHAB, PE-062, CIDADE E USINA ALIANÇA.	USINA ALIANÇA (ESC. EST. CEL. LUIZ IGNÁCIO)
20	19-A	GRANDE	CAUEIRAS	CAUERAS, LOT. VAQUEJADA, BAIRRO COHAB, PE-062, CIDADE E USINA ALIANÇA.	USINA ALIANÇA (ESC. EST. CEL. LUIZ IGNÁCIO)

*A ROTA 19, subdividida em ROTAS 19 e 19-A, refere-se ao mesmo itinerário. Considerando a necessidade de ser executada por dois veículos de grande porte será dividida em dois itens.

12. DO CRONOGRAMA LETIVO

12.1 A quantidade de dias estimada para o ano letivo será determinada pela Secretaria de Educação, distribuídos para o exercício em vigor. O valor a ser pago levará em conta a data início da efetiva prestação dos serviços de transporte escolar.

12.2 Serão contabilizados os dias efetivamente cumpridos, conforme calendário a ser posteriormente elaborado e disponibilizado ao contratado. Considerando as possíveis paralizações das aulas em decorrência da pandemia da COVID-19.

13. DA QUILOMETRAGEM

13.1 A quilometragem a ser percorrida em cada rota foi estabelecida através de Levantamento da Quilometragem via GPS, cabendo à Administração em caráter de exclusividade, promover variações ocorridas em relação às definidas nas rotas em virtude de qualquer alteração durante a execução dos serviços contratados.

13.2 Assim, a ocorrência de qualquer problema que possa levar a alteração do itinerário deverá ser comunicada a Contratante.

✉ alianca@alianca.pe.gov.br | CNPJ: 10.164.028/0001-18

📍 Rua Domingos Braga, SN, Centro - Aliança/PE - CEP: 55890-000

📱 PREFEITURADAALIANCA



13.3 A quilometragem da rota somente foi computada a partir do local de embarque do 1º aluno no ônibus/micro/van escolar.

14.0 DO ESTADO DE MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS EITINERÁRIO

14.1 O estado de manutenção dos veículos é de responsabilidade do prestador de serviço, cabendo ao responsável pelo transporte, funcionário devidamente designado pela Administração Municipal, promover vistorias periodicamente em todos os equipamentos e demais itens dos veículos quanto à sua situação e funcionamento.

14.2 Ao fixar o itinerário para veículos que levam e trazem os alunos, foi estabelecida uma logística, de forma a evitar que eles percorram a pé distâncias muito longas até o ponto onde o veículo passa. Os pontos deverão ser fixados em função da localização da residência/escola do aluno.

14.3 Assim, fica expressamente vedada a modificação das rotas por parte do prestador de serviço, bem como não será tolerado que os condutores modifiquem os pontos de embarque e desembarque dos alunos. Caso seja identificada a necessidade de alteração da rota, os casos deverão ser levados ao conhecimento do setor do Transporte da Secretaria Municipal de Educação para que este analise e proceda às modificações necessárias.

14.4 Caso a empresa contratada identifique ocorrência de deslocamento de algum aluno que tenha que caminhar longas distâncias, deverá comunicar imediatamente ao responsável pela gestão do transporte para que tome as devidas providências.

15.0 DOS HORÁRIOS

15.1

O cumprimento dos horários estabelecidos é essencial para um bom funcionamento do transporte escolar, pois atraso para as aulas pode prejudicar os estudantes e afetar o desempenho escolar. Os horários de chegada à escola, bem como o horário que o veículo deve passar em cada ponto de embarque/desembarque estabelecido na rota, serão definidos pela Secretaria Municipal de Educação, levando em consideração a distância a ser percorrida e o horário de início e término das aulas.

15.2 É importante registrar que tanto os condutores como os alunos e os seus responsáveis legais, deverão ser expressamente notificados do cumprimento dos horários de embarque e desembarque, não serão permitidos atrasos, salvo em situação de caso fortuito e/ou força maior.

15.3 A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA, através da Secretaria Municipal de Educação reserva-se o direito de fiscalizar o cumprimento dos horários comparando o previsto com o executado, em caso de descumprimento a empresa receberá advertência, caso reitere a prática do descumprimento, sujeitar-se-á ao pagamento de uma multa de acordo com o convencionado no instrumento de contrato. E, em última instância, o contrato poderá ser rescindido, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa.

16.0 DA PERIODICIDADE

16.1 A oferta de transporte escolar deverá ocorrer durante todos os dias letivos, sendo que o controle será feito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA através da Secretaria Municipal de Educação, para garantir o acesso dos alunos às escolas.

16.2 Caberá ao Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação, a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas e linhas percorridas.



16.3 Caso haja necessidade de deslocar-se com os alunos para outro itinerário, não previsto no calendário da Secretaria Municipal de Educação, será ajustado levando em conta o valor do quilômetro contratado e a distância a ser percorrida.

17.0 DOS TURNOS DE OPERAÇÃO

17.1 O transporte escolar deve atender todos os horários em que houver aulas, independentemente do número de alunos, sendo de responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA e da Secretaria Municipal de Educação conferir se todos os turnos estão sendo atendidos.

18.0 DO TRANSPORTE ESCOLAR

18.1 O prestador de serviços contratado deverá dispor dos seguintes componentes físicos:

- 18.1.1 Veículos;e,
- 18.1.2 Condutores.

18.2 Os serviços prestados deverão garantir:

- 18.2.1 A regularidade;
- 18.2.2 A segurança;
- 18.2.3 O conforto;e,
- 18.2.4 Controle dos serviços.

18.3 Na execução dos serviços, o prestador de serviços contratado deverá levar em conta os seguintes agentes do serviço:

- 18.3.1 Operador;
- 18.3.2 Alunos responsáveis;
- 18.3.3 Gestores escolares;e,
- 18.3.4 Poder Público.

19.0 NORMAS PARA VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

19.1 Relativas às condições operacionais:

I - Os veículos adequados ao transporte de escolares deverão atender rigorosamente às especificações abaixo relacionadas:

II - ÔNIBUS: veículo de uso coletivo de fábrica, com capacidade para até 45 passageiros sentados, com cinto de segurança disponível e demais componentes em estado de conservação e funcionamento adequados;

III - MICROÔNIBUS: veículo de uso coletivo de fábrica, com capacidade para até 29 passageiros sentados, com cinto de segurança disponível e demais componentes em estado de conservação e funcionamento adequados.

IV - VAN: veículo de uso coletivo de fábrica, com capacidade para até 16 passageiros sentados, com cinto de segurança disponível e demais componentes em estado de conservação e funcionamento adequados.

V - Automóvel/Van: no máximo 07 (dez) anos completos.

VI - Micro-ônibus e ônibus: no máximo 15 (quinze) anos completos, conforme Lei Municipal 1.644/2017;

VII - Desta forma, ficam essas idades estabelecidas como idades permitidas para os veículos acima, conforme utilizado em planilha.

VIII - Mostrar em lugar visível a devida autorização do DETRAN para funcionamento como veículo de transporte escolar, na qual deverá constar de forma expressa o número máximo de passageiros passíveis de serem transportados ao mesmo tempo;

✉ alianca@alianca.pe.gov.br | CNPJ: 10.164.028/0001-18

📍 Rua Domingos Braga, SN, Centro - Aliança/PE - CEP: 55890-000



- IX - Mostrar em lugar visível a identificação do motorista constando seu nome completo, o respectivo número da carteira de habilitação – CNH e um número de telefone para eventuais reclamações ou informações;
- X - Não permitir que o número de alunos passíveis de serem transportados seja maior que o número de assentos com cintos de segurança disponíveis;
- XI - Os veículos devem ser dotados de limitadores de abertura de vidros corrediços que deve ser de 10cm;
- XII - Portar em lugar visível o certificado de vistorias e mestral;
- XIII - Os veículos não poderão utilizar película tipo insulfilm, nem poderão ser movidos à gás, no último caso, somente quando vier de fábrica.

19.2 RELATIVAS À SINALIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

- I - Ostentar, nas laterais e fundos da parte externa uma faixa de 40cm de altura na cor preta escrita em amarelo, ou vice-versa, com a identificação “ESCOLAR”.

19.3 RELATIVAS À VISTORIA DOS VEÍCULOS

- I - Os veículos de transporte escolar devem ser vistoriados/inspecionados antes de entrar em serviço e a cada 06 meses, de acordo com a lista de checagem específica, a qual deverá verificar os equipamentos de uso obrigatórios, de segurança e outros mais exigidos pela legislação em vigor;
- II - A Prefeitura Municipal de Aliança / PE, para fins de fiscalização realizará vistoria inicial nos veículos como procedimento de controle interno, no entanto, a vistoria prevista no art. 136, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do CTB é obrigatória para todos os veículos que estiverem sendo utilizados para realizar o transporte de escolares, inclusive aqueles que trafegarem na condição de veículoreserva.
- III - A contratada deverá apresentar o veículo para vistoria inicial em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato e, caso haja alguma inadequação, deverá sanear a falha em até 03 (dias) ou substituir o veículo, sendo que, nestas duas hipóteses, haverá nova vistoria.
- IV - O Município de Aliança / PE, para fins de gestão e fiscalização dos serviços contratados, procederá vistorias semestrais para verificação das demais exigências legais e, em especial no que tange a segurança, higiene, conservação e comodidade dos usuários;
- V - Os veículos de transporte escolar devem estar de acordo com as determinações legais que instruem o presente documento, as quais estão previstas na base legal desse termo;

20.0 DA QUALIDADE DO SERVIÇO

20.1 Para medir a qualidade dos serviços a serem prestados, serão utilizados alguns parâmetros:

20.1.1 O acesso físico ao serviço de transporte escolar em condições de segurança, tendo o embarque e desembarque dos alunos, paradas próximo a sua residência e unidade de ensino;

20.1.2 A efetiva prestação do serviço de transportar o aluno do ponto de embarque à escola e da escola ao ponto de desembarque;

20.1.3 O cumprimento dos horários previstos tanto para o embarque dos alunos quanto para sua chegada à escola;

20.1.4 As condições de bem-estar dos alunos desde o momento de espera da condução, passando pelo tempo de permanência dentro do veículo, de modo que ao chegar à escola estejam em plenas condições de obter rendimento escolar;



20.1.5 O tratamento dispensado pelos prestadores de serviço aos alunos;

20.1.6 As condições higiênico-sanitárias do veículo;

20.1.7 Os aspectos tanto da segurança de circulação quanto dos de segurança pública;

20.1.8 A adaptação permanente do serviço às demandas que variam;

20.1.9 O atendimento dos requisitos legais exigidos para a execução do transporte escolar, exaustivamente elencados no presente documento.

21.0 DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

21.1 Deverão ser estabelecidas, caso haja necessidade, as condições especiais para o embarque e desembarque de alunos Portadores de Necessidades Especiais (PNE);

21.2 Não serão permitidas caronas, salvo tratar-se de funcionário da Secretaria Municipal de Educação, responsável por aluno em caráter excepcional, desde que não coloque em risco a segurança das crianças e respeite a capacidade de lotação do veículo;

21.3 Em razão do compromisso da Administração Municipal com a política de inclusão e acesso ao ensino, serão beneficiados ainda, os alunos matriculados na Rede Estadual de Ensino;

21.4 Poderá, a critério da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALIANÇA através da Secretaria Municipal de Educação, utilizar o(s) veículo(s) para atividades extraclasses, situação em que será adequado ao percurso à quilometragem e o valor do quilômetro contratado.

22.0 DOS CONDUTORES

22.1 A admissão do condutor do veículo de transporte escolar é de responsabilidade da pessoa física ou jurídica contratada e deverá atender às seguintes exigências:

22.2 São requisitos para conduzir os veículos:

22.2.1 Ter idade superior a 21 anos;

22.2.2 Ter habilitação para dirigir veículos na categoria "D";

22.2.3 Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos doze meses;

22.2.4 Não ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

22.2.5 Certidão de distribuição negativa, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro, e corrupção de menores (art. 329 do CTB);

22.2.6 02 Fotos 3x4 coloridas recentes;

22.2.7 Apresentar cópia da CNH;

22.2.8 Apresentar cópia da Identidade, CPF;

22.2.9 Apresentar cópia do Comprovante de Residência;



22.2.10 Apresentar Certificado de Formação de Condutor para atuar junto ao transporte escolar, contendo palestras educativas com as seguintes temáticas: Primeiros Socorros, Educação e Cidadania, Meio Ambiente, Legislação de Trânsito, Direção Defensiva, Direção Econômica, Trato com os Alunos e Regras de Condução, totalizando 45h/a;

22.2.11 Os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante, sendo de sua inteira responsabilidade as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas, relativas aos seus empregados ou contratados, inclusive no que tange ao seguro de acidente de trabalho, desligamento, horas extras, diárias, quaisquer despesas com alimentação, locomoção, não cabendo à contratante qualquer tipo de responsabilidade nem encargos de qualquer natureza.

22.2.12 A contratada garantirá o comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo responder integral e incondicionalmente por todos os danos e/ou atos ilícitos resultante de ação ou omissão destes, inclusive por inobservância de ordens e normas da contratante.

22.2.13 Caberá à contratada, a indenização pecuniária dos danos morais ou materiais causados por seus empregados em bens patrimoniais da contratante, bem como por desaparecimento de quaisquer objetos e valores encontrados em suas dependências, de quem quer que seja, desde que comprovado dolo ou culpa do empregado da contratada.

22.2.14 Desde que apurado o dano e caracterizada a autoria de qualquer empregado da contratada, o valor da indenização será descontado no ato do pagamento de qualquer fatura, permitida a compensação inclusive em faturas vincendas, o que fica desde já pactuado.

22.2.15 Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento;

22.2.16 Não fumar no interior do veículo;

22.2.17 Dirigir de forma profissional e adequada, evitando freadas bruscas, arrancadas ou qualquer prática que caracteriza direção perigosa;

22.2.18 Não ingerir bebida alcoólica quando estiver em serviço;

22.2.19 Não fixar emblemas ou distintivos de qualquer natureza, sem a autorização expressa da contratante.

23.0 DA REMUNERAÇÃO E REAJUSTE CONTRATUAL

23.1 A remuneração da prestação dos serviços de transporte escolar se efetivará de acordo com os dias letivos, em roteiros e horários determinados pela Secretaria de Educação, estabelecidos na planilha constante do ANEXO III.

23.2 A remuneração do prestador de serviço de Transporte Escolar poderá sofrer modificação em função de alterações impostas pela Administração ou fatos adversos surgidos no decorrer do contrato, existindo previsão legal de reajustes e revisões do valor para estes casos na minuta do contrato.

23.3 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



24.0 DA INFORMAÇÃO DAS ROTAS

24.1 A definição das rotas para o transporte dos alunos foi realizada dentro dos moldes estabelecidos na Resolução n.º 006/2013 do Tribunal de Contas de Pernambuco.

24.2 Dessa forma, é imperioso que a empresa atente-se para a leitura dos conceitos abaixo, transcritos da Resolução acima referenciada:

24.2.1 ROTA – é a identificação numérica de um conjunto de Itinerários inter- relacionados ao atendimento de determinado universo de unidades educacionais. Tais itinerários podem ser percorridos em até três turnos (manhã, tarde e/ou noite) e em dois sentidos (ida ou volta); (Art. 1º, VI)

24.2.2 ITINERÁRIO – é o percurso orientado realizado pelos veículos durante as viagens para o transporte dos alunos, sendo materializado por um conjunto de Pontos Notáveis apresentados em sequência numérica conforme são percorridos; (Art. 1º, VII)

24.3 Os itinerários foram estabelecidos de acordo com a demanda detectada à época da elaboração do presente termo, no entanto, estes poderão sofrer adequações em razão de situações motivadamente comprovadas com vistas a suprir necessidades ocorridas durante a execução do contrato tais como: modificação de itinerário para mais ou para menos; supressão de itinerário; inserção de itinerário, entre outros;

24.4 O trajeto que os veículos percorrerão, via de regra, é espaço rural, portanto, estrada de terra. Assim é importante que a empresa ao cotar os itens esteja ciente de tal condição e que disponibilize veículo adequado para trafegar nessas condições, sobretudo no período de chuvas, quando o acesso torna-se ainda mais difícil.

24.5 É necessário salientar que existe uma diferença de gastos com o transporte, quando o mesmo trafega em estradas pavimentadas e estradas não pavimentadas, assim a empresa que concorrer deverá ter conhecimento do percurso, para depois não alegar que não poderá realizar o transporte.

25.0 DA VIGÊNCIA

25.1 Os Contratos terão prazo de vigência de **12(doze) meses**, poderão ser prorrogados conforme dispõe o inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

25.2 Caso haja prorrogação de vigência de credenciamento, serão exigidos, dentre outros aspectos, a manutenção das condições de habilitação e a idade máxima exigida para o veículo, conforme a legislação vigente.

26.0 DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

26.1 A execução dos serviços será fiscalizada pelo setor de transporte da Secretaria Municipal de Educação.

26.2 A Gestão do contrato ficará a cargo do servidor **Elvis Olimpio Felix**, enquanto a Fiscalização da avença será de responsabilidade de **Manoel Antonio Ribeiro**.

27.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/CREDENCIADA

27.1 Executar o serviço de modo satisfatório e de acordo com as determinações do CONTRATANTE.



- 27.2 Garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e qualidade, de acordo com o previsto na legislação, as especificações técnicas e demais condições constantes no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento;
- 27.3 Garantir que o(s) veículo(s), bem como o(s) seu(s) condutor(es), atenda(m) a todas as exigências do Código Nacional de Trânsito (CNT), do CONTRAN, Denatran e Detran/PE;
- 27.4 Observar rigorosamente os horários e rotas determinados pelo Município para cumprimento do calendário escolar, garantindo que os alunos estejam na unidade escolar com pelo menos 5 (cinco) minutos de antecedência ao início das aulas;
- 27.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na qualificação de credenciamento;
- 27.6 Arcar com todas as despesas diretas/indiretas, encargos e tributos necessários ao fiel cumprimento do objeto do contrato, inclusive pagamentos relacionados a eventuais acidentes de trabalho e danos de qualquer espécie;
- 27.7 Em conformidade com as especificações definidas pela Prefeitura, permitir a instalação de dispositivo de rastreamento por satélite;
- 27.8 Disponibilizar para a Secretaria de Educação livre acesso ao dispositivo de rastreamento instalado no(s) veículo(s), de tal forma que a fiscalização do contrato e a empresa responsável possam efetuar manutenção e/ou ajustes, quando necessário;
- 27.9 Manter o dispositivo de rastreamento em operação (ativo/ligado) durante todo o horário em que estiver executando o serviço de transporte escolar ou à disposição da Secretaria de Educação;
- 27.10 Transportar os alunos devidamente sentados e com cinto de segurança;
- 27.11 Atender aos requisitos de manutenção necessários para garantir a segurança e a qualidade na prestação do serviço de transporte escolar (incluindo os serviços de funilaria e pintura), mantendo em perfeito estado de funcionamento os equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito;
- 27.12 Providenciar o imediato transporte dos escolares sempre que determinado veículo for imobilizado por problemas técnicos ou de segurança, viabilizando, para isso, meio de transporte adequado e seguro para condução dos estudantes;
- 27.13 Caso ocorra quebra do veículo, defeito mecânico, ou algum outro impedimento, deverá a Contratada providenciar, imediatamente e às suas expensas, outro veículo, nas mesmas condições exigidas.
- 27.14 Substituir, imediatamente o motorista por outro igualmente qualificado, em casos eventuais e doenças e outros afastamentos motivados, incluindo inadequação dos serviços;
- 27.15 Informar imediatamente à Secretaria de Educação eventuais alterações nas rotas estabelecidas, em virtude de impedimento de vias, restrição de acesso às localidades, entre outros;
- 27.16 Prestar informações à Secretaria de Educação, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros durante a viagem;
- 27.17 Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade de trânsito, bem como dos fiscais da Secretaria de Educação;



- 27.18 Submeter os veículos à vistoria, sempre que solicitado pelo DETRAN/PE ou pela Secretaria de Educação, ou nas datas periodicamente previstas na legislação pertinente;
- 27.19 Responsabilizar-se pelos danos causados à contratante, ao condutor, aos alunos ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços avençados, isentando o contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência desses danos;
- 27.20 Responsabilizar-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço desta Prefeitura;
- 27.21 Manter os cintos de segurança em condições de uso e em quantidade compatível ao número de alunos transportados;
- 27.22 Caso os alunos se recusem a utilizar o equipamento de segurança, cabe à Contratada notificar, por escrito, a Unidade Escolar na qual o aluno está matriculado, para que a ocorrência seja encaminhada ao pai/responsável e aos órgãos competentes. A mesma ocorrência também deverá ser encaminhada à Gerência de Transporte Escolar para medidas cabíveis.
- 27.23 Fornecer aos membros da Gerência de Transporte Escolar e Fiscalização do Transporte Escolar da Rede Pública do município de Aliança e ao responsável pelo acompanhamento do contrato, quando solicitado, as informações relativas ao disco de registro do tacógrafo, ou equivalente, e demais documentos do veículo e do condutor;
- 27.24 Comunicar à Secretaria de Educação, por escrito, ocorrência de fatos relevantes que venham a ocorrer no decorrer da execução do contrato, para que esta tome ciência e faça a intervenção necessária.
- 27.25 Afixar, de forma visível e legível, no para-brisa do veículo, ROTA, DESTINOS e TURNO;
- 27.26 Afixar na parte interna dos veículos, de forma visível e legível, o mapa de cada rota executada por ele, indicando: turno, escolas atendidas e número de alunos previstos;
- 27.27 Afixar na parte interna do veículo, em local visível, material informativo e/ou orientativo fornecido pela Secretaria de Educação;
- 27.28 Manter atualizado o registro do transporte escolar, o cadastro do(s) veículo(s), condutor(s), apresentando e revalidando quaisquer documentos previstos na legislação vigente;
- 27.29 Nos eventos de contratação e/ou substituição de motoristas, se for o caso, comunicar o fato imediatamente à Secretaria de Educação;
- 27.30 A comunicação deve acompanhar a qualificação mínima do novo condutor: nome completo, CPF, data de nascimento, número e categoria da CNH, cópia do comprovante de residência, cópia do certificado de aprovação no Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte Escolares, cópia da Certidão Negativa de Interdição (órfãos e sucessões) e do Registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídios, roubo, estupro e corrupção de menores.
- 27.31 No caso de substituição de veículo(s), comunicar imediatamente à Secretaria de Educação.
- 27.32 A comunicação deve informar as características mínimas para identificação do novo veículo: tipo de veículo (ônibus, micro-ônibus, van ou caminhonete), marca, modelo, ano de fabricação, quilometragem registrada no hodômetro, placa, RENAVAM e cópia do Certificado de Registro do Veículo – CRV.



27.33 O prestador de serviço deverá estar conectado em tempo integral, pessoalmente ou via telefone fixo/celular, enquanto houver transporte de alunos, disponibilizando-se a comparecer imediatamente no local, em caso de acidentes ou ocorrências graves. Caso haja preposto da Contratada, este deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços e por qualquer comunicação junto ao Contratante, mantendo sempre alinhamento operacional, de maneira que os contratamentos não interfiram na realização final da prestação de serviço;

28.0 COMPETE AO MUNICÍPIO CONTRATANTE:

28.1 Publicar o extrato deste Termo no seu Diário Eletrônico;

28.2 Receber o objeto da avença, verificando se a qualidade dos serviços está em conformidade com os quantitativos e especificações exigidas, emitindo atesto de recebimento na nota fiscal eletrônica;

28.3 Acompanhar e fiscalizar a boa execução dos serviços e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades legalmente previstas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;

28.4 Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva execução do objeto;

28.5 Vetar o recebimento do serviço que considerar incompatível com as especificações exigidas no Termo de Referência;

28.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

28.7 Homologar reajustes e proceder à revisão dos valores na forma da lei;

28.8 Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços, no prazo e nas condições indicados neste Termo, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizá-los;

28.9 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

28.10 Providenciar a presença de um monitor para acompanhar as crianças de menor idade, da educação especial, ou em outra condição de necessidade e/ou vulnerabilidade no trajeto de ida/volta à escola;

28.11 Indicar o gestor e os fiscais do contrato;

28.12 Garantir acessibilidade e segurança nas vias utilizadas pelo serviço de transporte escolar;

28.13 Promover, por meio do(s) servidor(es) designado(s) pela Secretaria de Educação, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, em especial:

- a) Realização de visitas in loco;
- b) Acompanhamento e registro das falhas detectadas na execução do contrato;
- c) Atendimento prioritário às denúncias recebidas para averiguação acerca sua veracidade e tomada de providências;
- d) Realização de medições nas quilometragens das rotas, quando houver necessidade;
- e) Atesto das Notas Fiscais da contratada;
- f) Atesto das faturas que comprovem a realização dos serviços, bem como a quilometragem percorrida durante o mês correspondente à aferição efetuada.

28.14 Rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências contratuais;



28.15 Realizar fiscalização, inclusive sem aviso prévio, nos veículos do transporte escolar, observando o comportamento dos alunos, motoristas e monitores, condições de tráfego do veículo e cumprimento das normas descritas na Lei Federal nº 9.503/97 - Código Brasileiro de Trânsito, emitindo, se necessário, ofício ao prestador do serviço e ao(à) Secretário(a) de Educação;

28.16 A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8666 de 1993;

28.17 Manter, com o auxílio de informações repassadas pela contratada, cadastro atualizado das escolas, alunos, rotas, frota e motoristas no Sistema de Gestão do Transporte Escolar;

28.18 Criar canal de comunicação para receber denúncias, sugestões e reclamações da comunidade escolar e orientar a contratada para fixar essa informação em local visível da parte exterior dos veículos;

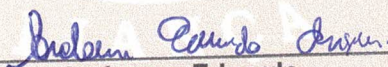
28.19 Demais ações necessárias à efetiva e eficaz prestação dos serviços, de acordo com o critério de conveniência e oportunidade da Administração, considerados pertinentes de acordo com a legislação vigente.

29.0 DA AUTORIZAÇÃO ESPECIAL

29.1 Os veículos deverão apresentar autorização especial para transporte escolar, expedida pelo DETRAN ou CIRETRAN, em virtude da vistoria periódica (a cada 06 meses), oferecendo perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento. Conter todos os equipamentos de segurança (cinto de segurança, tacógrafo, extintores, etc) e especificações dos órgãos de trânsito, devendo estar com toda documentação regular, em cumprimento as exigências dos art. 136 a 139 do CTB.

30.0 DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

30.1 Declaramos para os devidos fins, que as informações contidas neste Termo de Referência atendem a todas as necessidades para a aquisição dos serviços solicitados e que o teor deste documento é de inteira responsabilidade desta Secretaria.



Anderson Eduardo
Secretário de Educação
Matrícula nº 11.441